

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 950, DE 8 DE ABRIL DE 2020**

Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se a seguinte redação ao Art. 1º -A da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, alterado pelo art. 2º da Medida Provisória:

“Art. 1º-A. No período de 1º de abril a 30 de junho de 2020, os descontos de que tratam os incisos I ao IV do **caput** do art. 1º serão aplicados conforme indicado a seguir:

I - para a parcela do consumo de energia elétrica até 220 (duzentos e vinte) kWh/mês, o desconto será de 100% (cem por cento);

II - para a parcela do consumo compreendida entre 221 (duzentos e vinte e um) kWh/mês e 300 (trezentos) kWh/mês, o desconto será de 80% (oitenta por cento); e

III - para a parcela do consumo de energia elétrica superior a 300 (trezentos) kWh/mês, não haverá desconto.”

**JUSTIFICATIVA**

A Medida Provisória nº 950/2020 estabelece que fica isento da cobrança da conta de luz o consumo de até 220 quilowatts-hora por mês, até o final de junho. O consumo acima de 220 kWh não receberá desconto.

A isenção nas contas é bancada pelo governo por meio da MP nº 949/2020, que repassa R\$ 900 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para as empresas do setor elétrico.

Tendo em vista que muitas pessoas têm sido prejudicadas pelo cancelamento do fornecimento de serviços e produtos, decorrente do isolamento social, com impactos diretos nos ganhos das famílias, achamos melhor aumentar a faixa de pessoas beneficiadas pela Medida Provisória.

Nesse sentido, a emenda apresentada prevê outra forma de escalonamento. Este é o objetivo da presente emenda.

Sala das Sessões, de abril de 2020.

**SENADOR ROBERTO ROCHA**  
(PSDB-MA)

